

Ex-senadora dos EUA responde a processo por violar lei que pune amantes

23/03/2026

Antes de abandonar sua carreira política, em janeiro de 2025, a ex-senadora dos Estados Unidos Kyrsten Sinema teve um *affair*, de quase dois anos, com seu guarda-costas Matthew Ammel, um homem casado — agora, ex-casado, pois o casamento foi “destruído”.

Foi um relacionamento “romântico, com intimidade física”, admitiu a ex-senadora, em uma declaração juramentada que juntou ao processo que responde em uma corte na Carolina do Norte. Apesar disso, ela teve argumentos para pedir a extinção do processo.

Heather Ammel, agora ex-mulher do guarda-costas, processou a ex-senadora. Ela moveu uma ação civil indenizatória “por danos sentimentais”. Alegou que Kyrsten Sinema violou a chamada Lei Destruidores de Lares (*Homewrecker Law*) — uma lei estadual de quase 200 anos, tida como uma “reliquia jurídica arcaica”.

A lei, que tem o nome jurídico de Lei sobre Alienação de Afeto (*Aliention of Affection Law*), tem a finalidade de punir “destruidores de lares” — isto é, o(a) amante que “interferiu maliciosamente” na relação “amorosa e afetuosa” de um casal, resultando na “perda do amor e do afeto”.

Mas a norma pode punir também outros “destruidores de lares”, tais como conselheiros, terapeutas, padres e pastores, se o cônjuge prejudicado conseguir provar que foram responsáveis pelo fim do matrimônio.

A lei é entendida juridicamente como um ato ilícito (civil extracontratual), que implica responsabilidade civil e gera indenização por danos — o que, na vida de gente rica, pode significar milhares ou mesmo milhões de dólares. Na Carolina do Norte, houve um caso de US\$ 1,7 milhão e outro de US\$ 2 milhões, pagos em indenização à parte traída.

Leis semelhantes já foram populares nos Estados Unidos, antigamente. Hoje, apenas seis estados (Carolina do Norte, Utah, Dakota do Sul, Mississippi, Novo México e Havaí) as mantêm nos livros. A Carolina do Norte lidera o país na aplicação dessa lei.

As leis contra destruidores de lares diferem das leis do adultério (ou da infidelidade), em alguns aspectos. Em primeiro lugar, como todo mundo sabe, o alvo da lei do adultério é o cônjuge infiel — não o(a) amante.

Reprodução



A ex-senadora Kyrsten Sinema é processada por ex-mulher de guarda-costas

O adultério é considerado, nos EUA, um crime (em três estados) ou uma contravenção penal (em outros 13 estados). Os 34 estados restantes e o Distrito de Colúmbia revogaram suas leis do adultério há algum tempo.

Em Michigan, Oklahoma e Wisconsin, o crime de adultério é punível com prisão (de 3,5 a 5 anos) e multa de até US\$ 10 mil. Nos demais estados, a contravenção penal é punível com prisão (de 30 dias a um ano) e multa (de US\$ 10 a US\$ 1 mil).

Ônus da prova

Além disso, há diferenças substanciais entre as provas que devem ser apresentadas pelo(a) demandante em ação civil (no caso de amantes) ou em ação penal (no caso de cônjuges infiéis). Processar amantes dá mais trabalho. A parte prejudicada deve provar que:

- *Existiam “amor e afeto genuínos” entre os cônjuges, antes da “interferência” do(a) amante na vida deles;*
- *Houve uma “interferência ativa” do(a) amante, que se engajou em uma conduta que destruiu o relacionamento matrimonial;*
- *A conduta do(a) amante foi intencional e maliciosa, apesar de que não é preciso demonstrar que o réu ou ré teve a intenção de destruir o casamento, bastando mostrar que ele ou ela agiu de tal maneira que, razoavelmente, causou tal resultado;*
- *A conduta do(a) amante foi a “causa direta” do fim do amor e do afeto.*

No caso de adultério, a parte prejudicada tem de provar, normalmente, apenas que houve um relacionamento sexual fora do casamento. Não é necessário provar que houve uma “intenção maliciosa” de, por exemplo, “roubar” o marido (ou a mulher) da outra (ou do outro).

A parte traída pode apresentar provas diretas, que são bem conhecidas, tais como flagrantes fotográficos, testemunhos, mensagens de texto, registros de contas bancárias ou de cartão de crédito (de jantares, flores, hotéis etc.) e confissões.

Mas os adúlteros têm mais opções. As cortes também podem aceitar provas circunstanciais, tais como “inclinação e oportunidade”:

- ***Inclinação para adultério:*** *provas de que o cônjuge e outra pessoa nutriam interesse romântico ou sexual um pelo outro. Exemplos incluem: Demonstrações públicas de afeto, tais como beijos, abraços, mãos dadas; Comunicações íntimas, incluindo cartas de amor, sexting ou e-mails discutindo planos românticos.*
- ***Oportunidade para adultério:*** *provas de que o casal teve a chance de concretizar seus desejos em particular. Exemplos incluem: Pernoites sob o mesmo teto, percebidos quando são vistos entrando em um hotel ou residência particular tarde da noite e saindo na manhã seguinte; Registros de viagem ou recibos de hotel ou motel que situem os dois juntos em*

um ambiente privado.

Casos de adultério são mais comumente discutidos em Varas de Família, em processos de divórcio. Mas casos de amantes também podem ser um elemento importante em situações de divórcio: servem para pressionar o(a) traidor(a) a abrir mais a mão em negociações de separação de bens (ou de dinheiro, particularmente).

Saída pela tangente

A ex-senadora Kyrsten Sinema pediu a extinção do processo com base em uma questão técnica. Ela não nega seu *affair* “romântico e fisicamente íntimo” com seu guarda-costas casado, mas alega que a ex-mulher dele não pode processá-la por causa disso.

Ela argumenta que nenhuma corte da Carolina do Norte tem jurisdição para julgar o caso. Afinal, ela nunca teve qualquer encontro amoroso com seu guarda-costas na Carolina do Norte, onde ele morava, à época, com sua mulher e seus filhos, ela diz.

Ela diz que teve encontros com Matthew Ammel em quatro estados (Califórnia, Nova York, Colorado e Arizona), bem como no Distrito de Colúmbia. Mas nunca sequer trocou telefonemas ou mensagens de e-mail com o amante, enquanto ele estava em seu estado de residência — a não ser por assuntos de trabalho.

De maneira geral, uma pessoa é processada no condado do estado em que o ato ilícito ocorre — não onde ela reside. Em casos de ações civis principalmente (não de ações penais), apenas no estado em que o ato ilícito ocorre.

Quando um crime é cometido em vários estados (como em casos de fraudes, sequestros, conspiração etc.), cortes em cada um deles têm jurisdição para processar o suspeito.

Um suspeito pode ser processado em dois estados diferentes, por crimes relacionados (como roubo em um estado e compra de item roubado em outro). Pode ser extraditado, se é preso em um estado para onde fugiu, depois de cometer um crime em outro.

O crime pode ainda se tornar um caso federal, se a ação do suspeito ocorreu em mais de um estado (como em casos de transporte de drogas). *Com informações adicionais do The Guardian, Yahoo!news, Legal Information Institute, Library of Congress — Constitution Annotated, Straight Arrow News e Legal Match.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-mar-23/ex-senadora-dos-eua-responde-a-processo-por-violar-lei-que-pune-amantes/>